



Tomás Quental Mota Vieira

É muito projecto inquinado junto!

A “Casa da Autonomia” é um projecto inquinado desde o início. Era discutível a sua necessidade. Um investimento de alguns milhões de euros, que está suspenso e não se sabe se chegará ao fim, face às circunstâncias presentes e às dificuldades que se seguem. O Governo Regional dos Açores lá saberá, mas, se calhar, vontade não lhe falta de dar outro rumo e outro aproveitamento ao projecto, adaptando-o a outros fins, com certeza menos dispendiosos. Se assim proceder, estará a fazer muito bem! O tempo que se avizinha, obviamente muito difícil, não é para “casas” ou “casinhas”: é, sim, para evitar, principalmente, que a pobreza aumente na nossa terra. Que fique claro que não se contesta as obras de conservação e valorização do Palácio da Conceição, um belo edifício histórico muito antigo. Contesta-se, sim, a criação de uma “Casa da Autonomia”, com uma dispendiosa Estrutura de Missão, como dispendioso vai ser equipar, colocar em funcionamento e manter essa “Casa da Autonomia”. A descoberta de elementos arqueológicos nas zonas intervencionadas e adjacentes tem servido de argumento para justificar o alongamento de prazos, mas é também uma forma de disfarçar a realidade: não há dinheiro para equipar, colocar em funcionamento e manter a “Casa da Autonomia”. E tanto assim é que, quase ao lado, temos o edifício igualmente belo, histórico e muito antigo da Escola Secundária Antero de Quental a carecer urgentemente de obras, que não se realizam precisamente porque também não há dinheiro.

O terreno cedido ao Ministério da Justiça para a construção do novo Estabelecimento Prisional de São Miguel - uma necessidade e uma urgência! - é outro processo inquinado desde o início. O Governo Regional disponibilizou parece que o pior terreno que possuía. Seriam necessários três anos para o limpar de bagacina, o que custaria milhões. Os trabalhos ainda começaram, mas tudo voltou à “estaca zero”, por intervenção do BE na Assembleia da República. Ainda decorreu um processo em tribunal sobre o resultado do concurso para a limpeza do terreno, porque também aqui houve confusão. Terá que ser encontrado outro terreno, pronto para a construção da nova cadeia, prometida há mais de vinte anos e sempre adia-

da, por responsabilidade - claro está! - de sucessivos Governos nacionais.

Os navios para transporte de mercadorias, viaturas e passageiros entre as ilhas é outro processo inquinado há vários anos, com equipamentos encomendados e depois rejeitados, contratação de navios e vários concursos, o último dos quais foi anulado, porque, mais uma vez, não há dinheiro para tudo.

O processo para a construção de uma incineradora para resíduos domésticos na ilha de São Miguel também está inquinado desde o início, com concursos anulados pelos tribunais administrativos, por ilegalidades e irregularidades, apesar de todo o acompanhamento por consultadoria jurídica especializada, que já deve ter custado muito dinheiro à Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM) e à sua adjacente empresa MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, SA. Agora foi aberto novo concurso, mas para uma incineradora com menos 30 por cento de capacidade, o que demonstra como esse projecto é muito questionável: antes era preciso mais e agora é preciso menos. O que mudou? Existem especialistas que defendem outra solução, até mais barata e talvez mais amiga do ambiente, para o tratamento dos resíduos domésticos. Falta aqui alguma ponderação! É o que parece! Está previsto financiamento comunitário, mas ainda assim os municípios vão ter de avançar vários milhões.

O que se passa no Museu Carlos Machado é outro processo inquinado. Esteve encerrado aproximadamente dez anos, depois abriu uma parte com uma requalificação muito discutível e agora arrasaram o belo jardim para construir um edifício subterrâneo - pasme-se! - alegadamente para aumentar a capacidade expositiva, outro projecto caro e muito criticado, mas que prossegue a toda a velocidade, mesmo nesta fase de crise de saúde pública, por decisão do Governo Regional.

A requalificação da Calheta de Pêro de Teive é outro processo inquinado. Há cerca de 12 anos que se aguarda a demolição de uns mamarrachos inacabados e o arranjo do espaço. A solução - de resto, polémica, porque prevê a construção por um privado de um hotel onde não faz falta alguma, quando se

esperaria uma ampla zona de lazer para a população, sem mais construções, tratando-se de um terreno público, que nunca devia ter sido concessionado - já foi apresentada várias vezes pelo Governo Regional (PS) e pela Câmara Municipal de Ponta Delgada (PSD), anunciada sempre como para breve, desde finais de 2017, mas até hoje nunca concretizada, pelo que a cidade possui ali um vergonhoso “cemitério” de betão, ferro, lixo e ervas, com podridão humana à mistura... É um belo “cartaz turístico”...

Existem vários casos de piscinas públicas construídas por Câmaras Municipais - nomeadamente no Nordeste e na Povoação - que custaram milhões e que depois foram abandonadas. São outros projectos inquinados, que minam igualmente o erário público, com prejuízo para todos nós.

Certamente existem outros processos inquinados no arquipélago, mas lembrei-me agora destes, pela sua dimensão, valores envolvidos e consequências. A minha pergunta é: não acham que é muito projecto inquinado numa terra tão pequena? O que tem falhado, afinal? Nada disso valoriza, honra e dignifica as instituições regionais, particularmente o Governo Regional e as Câmaras Municipais. São “nódoas” que ficam no percurso do regime autonómico açoriano. Depois da pandemia, talvez seja necessário parar, reflectir e encontrar formas mais adequadas de gerir a nossa amada terra, com maior rigor nas contas públicas e com projectos mais bem pensados e mais bem elaborados, até porque não vai haver dinheiro para gastar de qualquer maneira, antes pelo contrário. Os recursos financeiros públicos terão que ser direccionados prioritariamente para a Saúde, a Educação e o Emprego, ou seja, para as pessoas em concreto, para atender às suas necessidades, que vão ser muitas, acabando-se, de uma vez por todas, espera-se, com projectos “espectaculares”, que só servem para esvaziar mais os cofres, já diminuídos, da Região Autónoma dos Açores. Isso mesmo reconheceu implicitamente o Governo Regional ao anular o concurso para a aquisição de um navio para o serviço inter-ilhas, com o objectivo - muito louvável e oportuno! - de aplicar o montante previsto, também de muitos milhões, nas áreas sociais mais prementes.

Número de desempregados inscritos sobe 10% até meados de Abril

O aumento dos desempregados inscritos na primeira metade de Abril face a Março foi de 10%, segundo números revelados pela Ministra do Trabalho, representando o maior acréscimo percentual em cadeia desde 2003, último ano com dados disponíveis.

A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, disse no parlamento que há actualmente 353 mil pessoas inscritas como desempregadas nos centros de emprego, contra 321 mil em Março.

Os dados que, segundo fonte oficial do ministério, são preliminares, pois só na Segunda-feira o Instituto do Emprego e Formação Profissional

(IEFP) publicará as estatísticas de Março, revelam para já um aumento de 10% até meio de Abril.

Este aumento é o maior desde pelo menos 2003, último ano para o qual o IEFP disponibiliza dados.

A subida mais próxima à registada em Abril nestes 17 anos verifica-se em Janeiro de 2009, em plena crise financeira, quando o número de desempregados inscritos cresceu então 7,7%, atingindo os 448 mil.

Apesar de se verificar actualmente o maior aumento percentual de sempre em cadeia, o número total de desempregados inscritos está longe do registado pelo IEFP nos tempos da

anterior crise, tendo atingido o pico no início de 2013, com 740 mil pessoas.

Segundo a Ministra do Trabalho, o aumento das pessoas inscritas no IEFP em Abril “mostra que o mecanismo de ‘lay-off’ simplificado está a conseguir absorver uma grande parte da manutenção dos postos de trabalho” e a servir de “amortecedor”.

O Primeiro-Ministro, António Costa, afirmou, entretanto, em Lisboa, que recorreram até agora ao ‘lay-off’ simplificado empresas com cerca de um milhão de trabalhadores nos seus quadros, embora nem todos estejam abrangidos por esse regime.

No entanto, o líder do executivo não transmitiu um número exacto sobre o número de trabalhadores em ‘lay-off’.

Na Terça-feira, o Ministro de Estado e da Economia, Pedro Siza Vieira, disse que “neste momento 66 mil empresas colocaram trabalhadores em ‘lay-off’ (menos de um quarto da população activa) e ainda não há um crescimento significativo do desemprego”, referiu.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a taxa de desemprego atinja 13,9% em 2020 devido à crise provocada pela pandemia covid-19, segundo as Perspectivas Económicas Mundiais divulgadas na Terça-feira.